

Luiz Edmundo e a boemia do Rio de Janeiro *do seu tempo****Luiz Edmundo and the bohemia of Rio de Janeiro of his time*****Sérgio Hamilton da Silva Barra**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

sergio_barra@puc-rio.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é chamar a atenção para a polissemia que a noção de boemia apresenta no conjunto de crônicas de Luiz Edmundo reunidas no livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Polissemia essa que está diretamente relacionada à forma como aquele cronista, como um metaleitor do espaço urbano, lê a história do Rio de Janeiro e do Brasil da virada do século XIX para o XX; assim como sofre grande influência do contexto em que ele escreve: os primeiros anos do Estado Novo. Na sua narrativa, é possível identificar duas diferentes noções de boemia que estariam relacionadas a duas diferentes temporalidades separadas pelas reformas de modernização do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906). Chamando a atenção para a função da crônica como construtora de memória, entende-se a *Belle Époque* carioca como uma construção discursiva em que os hábitos boêmios dos habitantes da Capital Federal se apresentam como um importante elemento.

Palavras-chave: Memória social; Crônica; História do Rio de Janeiro; História cultural; Boemia.

Abstract: The aim of this paper is to draw attention to the polysemy that the notion of bohemia presents, in the set of chronicles of Luiz Edmundo reunited in *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Polysemy which is directly related to how such chronicler, while a meta-reader of urban space, reads the Rio de Janeiro and Brazil of the turn of nineteenth century to the twentieth. Even as greatly influenced by the context in which he writes: the early years of the Estado Novo. In his narrative, it is possible to identify two different notions of bohemia. Which are related to two different temporalities separated by modernizing reforms undertaken by Mayor Francisco Pereira Passos (1902-1906). Drawing attention to the chronic function as a memory builder, means the carioca's *Belle Époque* as a discursive construction in which the bohemian habits of the inhabitants of the federal capital are an important element.

Keywords: Social memory; Chronicles; Rio de Janeiro history; Cultural history; Bohemia.

Poeta, cronista, jornalista e escritor teatral na sua juventude, a partir da década de 1930, Luiz Edmundo Melo Pereira da Costa (26/06/1878-08/12/1961) dedicou-se a escrever crônicas sobre a sua cidade natal: o Rio de Janeiro, capital da colônia portuguesa da América, do Império do Brasil e da República Federativa do Brasil. Esses três momentos da cidade estão contemplados em três coletâneas de crônicas reunidas em livro: *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* (1932), *A Corte de D. João no Rio de Janeiro* (1942) e *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1938). Por essa atividade, Edmundo é hoje conhecido como um dos principais cronistas da história da cidade, como se pode ler no Prefácio de edição recente de *O Rio de Janeiro do meu tempo*: “Luiz Edmundo foi certamente um dos melhores historiadores e memorialistas do Rio de Janeiro, onde nasceu e viveu 89 anos dedicado às letras, à boemia e ao prazer de fruir sua cidade”.¹

Na sua série de crônicas sobre o Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX, reunidas no livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Edmundo busca recriar, a partir de suas memórias, o ambiente político, social e cultural do Rio de Janeiro da sua infância e juventude. Em momento algum, durante o desenrolar da série, Edmundo define precisamente o recorte cronológico de que trata, referindo-se sempre genericamente ao “início do século”, à “virada do século” ou a “1901”, ano que ele toma como referência. As crônicas reunidas em três volumes pela Imprensa Nacional em 1838 apareceram primeiro no *Correio da Manhã*, nos dois anos anteriores. O livro de Edmundo teve outras duas edições em português. Uma publicada em 1957 pela Editora Conquista em cinco volumes e outra mais recente (2003) da Editora do Senado Federal em volume único. As três edições foram consultadas para a confecção deste trabalho.² Em uma nota na abertura do primeiro volume, Edmundo explicita a intenção que guiou a sua escrita:

Este livro é apenas o depoimento de um homem que evoca os últimos dias do século que passou e os primeiros do que está passando, mas, sem o menor intuito de estabelecer, naquilo que depõe, juízos formais ou decisivos. Simples LIVRO DE MEMÓRIAS, nele se encontrará somente aquilo que o seu autor viu, soube ou guardou como lembrança. Nada mais.³ (grifo do autor)

Porém, apesar de Edmundo afirmar que não tinha o intuito de estabelecer juízos, a análise do caráter memorialístico da sua série de crônicas permite ver que em um “simples livro de memórias” pode estar contido mais do que apenas “recordações”. Nessas crônicas sobre o Rio de Janeiro da sua juventude, Edmundo pretende chamar a atenção para uma mudança radical ocorrida na vida da Capital Federal, a partir do advento das reformas urbanas do prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906), que ele presencia no auge dos seus vinte e poucos anos. Tais reformas pretendiam dotar a cidade de uma estrutura urbana condizente com as novas necessidades de uma sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, reformar certos comportamentos tradicionais, que apareciam como que “desviados” diante do novo parâmetro de civilização e cosmopolitismo, moldado à imagem e semelhança das nações europeias consideradas o “centro da civilização” à época (Inglaterra e França), e que se pretendia impor à sociedade brasileira.⁴ Como

¹ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 13. Não há a indicação da autoria do prefácio. Edmundo publicou ainda outros dois livros de cunho memorialístico, *Recordações do Rio Antigo* (1950) e *Memórias*, em 5 volumes, sendo alguns já póstumos (1958, 1962, 1968).

² Para evitar repetições e, ao mesmo tempo, imprecisões, nas notas de rodapé referentes ao livro de Edmundo indicarei sempre o ano da edição de onde foi retirada a citação.

³ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, v. 1, s/n.

⁴ É vasta a bibliografia a respeito das reformas de Pereira Passos e seus efeitos tanto na estrutura urbana quanto na vida social do Rio de Janeiro do início do século. Indico apenas as obras mais conhecidas e as utilizadas neste trabalho: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, o Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São

está escrito no prefácio anônimo da edição mais recente de *O Rio de Janeiro do meu tempo*: “É nesta obra que mais se faz justiça à *marreta civilizadora* daquele que, seguramente, foi o maior prefeito que esta cidade já teve: Pereira Passos”.⁵

A cidade que nasce dessas reformas é aquela que ficou conhecida como o Rio de Janeiro da *Belle Époque*.⁶ Em um duplo movimento, suas crônicas ressaltam a aparência da capital da República e os hábitos culturais de sua população antes daquelas reformas e a transformação sofrida por essa e aqueles após este processo de “modernização”. Pode-se afirmar, dessa forma, que *O Rio de Janeiro do seu tempo* englobaria duas temporalidades distintas. Um primeiro momento anterior às reformas de Passos e um segundo, posterior a essas mesmas reformas, vistas por Edmundo, assim como por outros cronistas de sua geração, como uma conjuntura fundamental da história da cidade e do país, como sinônimos criados por aquilo que Margarida de Souza Neves vai denominar um “deslizamento discursivo”, que faz com que os cronistas da virada do século XIX para o XX, ao falarem da Capital Federal em particular, estejam, ao mesmo tempo, referindo-se ao país em seu conjunto, passando indistintamente da parte ao todo e vice-versa como se fossem uma e a mesma coisa: “O Rio de Janeiro aparece na letra dos cronistas como síntese e microcosmo do Brasil, nesse sentido também sua capital”.⁷

Os cronistas cariocas, principalmente os entusiastas das reformas urbanas de Pereira Passos, desempenham um importante papel na construção da imagem da vida na cidade no início do século XX. Os hábitos boêmios dos seus habitantes se apresentam como um importante elemento da sua construção discursiva do que teria sido a *Belle Époque* carioca. A vida boêmia do Rio de Janeiro, entendida aqui como o hábito do carioca de fazer do bar o seu principal espaço de sociabilidade, pode ser considerada um traço característico de uma “identidade cultural” que se pretende legitimamente carioca. A boemia carioca é hoje um traço característico identificador da cidade e do seu habitante, explorado, inclusive, em anúncios publicitários de incentivo ao turismo. Os bares da cidade fazem parte dos seus roteiros turísticos, juntamente com as suas tão propagadas belezas naturais, e o chope tornou-se senão a principal, pelo menos uma das suas bebidas-símbolo. Essa relação entre vida boêmia e identidade cultural carioca tem o seu ponto de partida identificável justamente no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Prova disso é o fato de que bares recentemente inaugurados procuram imitar na sua decoração os bares do início do século XX, com cadeiras de ferro fundido e tampos de mármore, pisos de ladrilho hidráulico e mesmo muitas fotos que mostram aspectos da cidade naquele tempo. A intenção parece ser a de que o freguês se sinta transportado no tempo, de volta à época em que a vida cultural na cidade passou a ter nos bares o seu principal espaço de sociabilidade.

Paulo: Companhia das Letras, 2003; NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 14.

⁶ Período de definição cronológica controversa, Jeffrey Needell utiliza como balizamento para definir o seu início e o seu final os anos de 1898 e 1914 respectivamente. Uma datação que parece mais adequada ao contexto europeu do que ao carioca (NEEDELL, Jeffrey, *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.). Discordando de Needell, não creio que se possa falar em *Belle Époque* no Rio de Janeiro antes das reformas empreendidas por Pereira Passos, assim como não acredito que a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, tenha exercido aqui o mesmo efeito de fim de uma era que exerceu na Europa. Dessa forma, a *Belle Époque* carioca se estendeu, ao menos, até 1922, quando ocorre na capital a Exposição Internacional em homenagem ao centenário da Independência, e, em São Paulo, o início do movimento modernista.

⁷ NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 84.

Por isso, este trabalho se propõe examinar o conteúdo que a noção de “boemia” adquire nas crônicas de Edmundo sobre o Rio de Janeiro da sua juventude.⁸ Surpreendentemente, é possível identificar, na leitura das crônicas de Edmundo sobre hábitos boêmios dos habitantes do Rio de Janeiro, um tom de reprovação. A explicação proposta aqui é a de que Edmundo confere uma polissemia à noção de boemia, que está diretamente relacionada à forma como ele, como um “metaleitor” do espaço urbano, lê o Rio de Janeiro da sua juventude a partir do contexto em que escreve: os primeiros anos do Estado Novo. Segundo sua leitura, influenciada por um lado pela sua intenção de elogiar as reformas urbanas de Pereira Passos e, por outro, pela forma particular como os hábitos boêmios eram vistos no momento em que ele escreve, apenas um determinado tipo de boemia seria aceito como adequado à cidade saneada e civilizada por Pereira Passos: a boemia também civilizada e saneada das rodas de literatos frequentadores das confeitarias.

A crônica e a memória da cidade

O crescimento e a difusão da crônica, como gênero literário intrinsecamente ligado à vida urbana, estão intimamente presos ao contexto da vida cotidiana do Rio de Janeiro do início do século XX. Como afirma Beatriz Resende:

Os anos da República Velha serão decisivos para a definição tanto do comportamento da capital como de sua geografia. Nesses anos, o espaço das crônicas em revistas e jornais acompanhará minuciosamente as transformações da vida na cidade. Será uma grande época para as crônicas. A popularidade do gênero e seu poder de influenciar a vida da população e as decisões governamentais só encontrará semelhante na virada da década de 1950 e na primeira metade da de 1960.⁹

Muitos cronistas, entusiastas do processo de modernização pelo qual passava a cidade nos primeiros anos do século XX, procuravam intervir nessa realidade através de suas crônicas. Como ressalta Beatriz Resende, as crônicas não apenas “acompanham as transformações” da vida na cidade, mas “influenciam a população e o governo”, exercendo os cronistas cariocas, um papel fundamental de formadores de opinião, com o intuito de levar o público leitor a apoiar, naquele momento, o projeto de modernização da capital da República; e que era também, como explica Margarida de Sousa Neves, a ponta de lança “de um projeto de futuro a ser implementado em todo o país e do qual a cidade do Rio de Janeiro, reformulada física e ideologicamente no início do século, é capital”.¹⁰ Apoio este mais do que bem-vindo devido à forma

⁸ Os capítulos da obra dedicados ao tema são: *A vida noturna na cidade* (pp. 405-426), *O Café do Rio* (pp. 503-530), *O Café do Globo* (pp. 531-556), *O Café Paris* (pp. 557-592), *Confeitarias, Centros de Reunião* (pp. 593-616) e *A Colombo* (pp. 617-662).

⁹ RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, Cidade da Crônica. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed./CCBB, 1995, pp. 39-40. A importância da crônica nesse contexto é tal que Margarida de Souza Neves considera que o gênero na sua acepção moderna seria uma invenção desse momento histórico. NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 80.

¹⁰ NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 78.

impositiva como foi conduzido esse processo de modernização da cidade e do país.¹¹ O melhor exemplo disso talvez seja o fragmento da crônica de Olavo Bilac (1865-1918) de 1904, tantas vezes citado:

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hymno jubiloso, iniciaram os trabalhos da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas, condemnadas. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Oppróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas velhas tradições, estava soluçando no soluçar d'aqueles materiaes apodrecidos que desabavam. Mas o hymno claro das picaretas abafava esse protesto impotente.¹²

Luiz Edmundo também é um entusiasta da modernização da cidade. A particularizar as suas crônicas reunidas em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, porém, está o fato de que elas não são escritas durante o processo de modernização da cidade. Somente na década de 1930, já quase sexagenário, o antigo poeta impressionista se transformou em um “metaleitor” da cidade, procurando fazer uma representação do ambiente sociocultural do Rio de Janeiro da virada do século a partir das lembranças de sua juventude. No texto que serve de introdução ao livro intitulado *Olhando para atrás*, Edmundo propõe uma releitura da história da cidade que é também uma releitura da história do país.¹³ Sousa Neves, Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira chamam a atenção para a importância da primeira crônica, de uma série, habitualmente utilizada pelos cronistas para apresentar aos leitores o programa da série que se principiava a escrever. Para quem procura interpretar os sentidos implícitos em uma série cronística, essa apresentação serve também como “chave interpretativa” daquela série, capaz de guiar o leitor através daquele conjunto de textos.¹⁴

Em *Olhando para atrás*, Edmundo critica a forma como até então tinha sido escrita a história do Brasil, “toda ela (...) feita à feição do colonizador”.¹⁵ Dessa forma, com o intuito de escrever uma História do Brasil que respeitasse um ponto de vista “legitimamente brasílico”, o cronista propõe uma nova periodização para a nossa história. Esta estaria dividida em três momentos. O primeiro deles seria o “tempo da harmonia com a natureza”,¹⁶ que tem um início incerto, porém um fim bem marcado: a chegada dos colonizadores portugueses. A esse primeiro momento da História do Brasil corresponde a construção, na narrativa de

¹¹ Estamos entendendo a ideia de modernização nesse trabalho tal qual a define Elizabeth Parreiras, como um processo de transição do tradicional ao moderno. Uma vez que, como ressalta a autora, o processo de modernização das nações latino-americanas não as liberta das amarras do tradicionalismo, mas antes reproduz e aprofunda a submissão ao grande capital internacional, podemos afirmar que o que ocorre nesses países é uma “modernização conservadora”. E que as cidades latino-americanas são cidades modernizadas, mas não modernas. PEREIRA, Elizabeth Guerra Parreiras Baptista. Cidades da América Latina: modernas ou modernizadas. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 6, n. 7, pp. 49-56, nov. 2010.

¹² BILAC, Olavo. *Chronica. Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1904. Apud. NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 87.

¹³ Em 1954, Edmundo publica um livro com esse mesmo nome. Não tive acesso à publicação e, por isso, não consegui saber se é a republicação em separata desse artigo que abre *O Rio de Janeiro do meu tempo*, ou um texto diferente. Provavelmente, esse artigo não abria a série de crônicas quando da sua publicação no *Correio da Manhã*, sendo colocado à guisa de introdução quando da publicação da série em livro. A edição do Senado Federal, de 2003, também não traz esse capítulo introdutório.

¹⁴ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 13.

¹⁵ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 17.

¹⁶ A denominação de cada um dos três períodos é sugerida por NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 85.

Edmundo, de um cenário pré-colonial idílico, onde homem e natureza, obras de Deus, aparecem idealizados:

Até que as caravelas dos descobridores desvendassem ao mundo boquiaberto estas terras deslumbrantes da América, o Brasil, dentro da natureza, como dentro de um sonho, palpitava e floria. E a Guanabara era o espelho fiel de todos os seus encantos e esplendores (...) Por toda a margem da risonha Guanabara, os índios, filhos da terra, multiplicam-se. (...) São hospitaleiros. São francos. São amigos. (...) Esses, os donos da terra, os índios, nossos avós que duravam até os noventa anos, que envelheciam sorrindo, sem cabelos brancos, a bendizer aquele que um dia os deitou sobre a crosta do mundo, felizes, satisfeitos, cheios de alegria consciente de viver”.¹⁷

O segundo momento da história do Brasil de Luiz Edmundo está cronologicamente delimitado entre a chegada do colonizador português e o advento das reformas do prefeito Pereira Passos, em 1903, recobrando todo o período colonial e imperial. Edmundo faz uma representação da colonização portuguesa como promotora de uma decadência, da perda daquele “paraíso terrestre” antes descrito. Seria, na denominação de Neves, “o tempo do atraso colonial”. Para Edmundo, o colonizador português seria um invasor estrangeiro que se apossa ilegitimamente de uma terra que não é sua e pela qual não sente nenhuma ligação, não se importando com o seu “progresso” e procurando, aqui, apenas enriquecer e voltar para a sua terra natal. Edmundo chega mesmo a caracterizá-los como uma “nuvem de gafanhotos pousada nesta plaga verdoenga da América”.¹⁸ O cronista se refere aos dois primeiros séculos de colonização do Rio de Janeiro da seguinte forma:

Cresceu o povoado sobre paus infectos. A princípio, taba selvagem, onde o gentio sobrepujava o branco, depois aldeola africana, com o preto dominando o luso e os nascidos na terra. Assim cresceu. Mas não mudou. Com a chegada do primeiro Vice-Rei, Conde da Cunha, em 1763, ainda estava no que era.¹⁹

Da mesma forma que não progride em nada nos seus dois primeiros séculos de colonização, o Rio de Janeiro continua o mesmo com a chegada da Corte portuguesa. Segundo Edmundo, “A cidade, na alvorada do século XIX é o que tinha sido duzentos anos atrás: uma estrumeira”.²⁰ E “o tempo do atraso colonial” persistiria período republicano adentro, até o início do século XX:

Penetramos o século das luzes e ainda estamos em plena morrinha colonial. Em 1901 somos o que éramos quando aqui albergávamos o mau gênio do Sr. Luís Vahia, o “onça”, a arrogância do Sr. Marquês do Lavradio, o “gravata”, e a palermice coroada do Sr. D. João VI, o “frouxo”. E assim continuamos a ser até o advento de Rodrigues Alves, até a obra magnífica de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, quando se transforma a cidade-pocilga em Éden maravilhoso, fonte suave de beleza e de saúde.²¹ (grifo do autor)

Na citação anterior já aparecem, porém, os agentes que iriam tirar a cidade, vale dizer o país, do “atraso colonial”: o presidente, Rodrigues Alves; o prefeito da Capital Federal, Francisco Pereira Passos e o diretor-geral da Saúde Pública, Oswaldo Cruz. Com o advento das reformas de modernização da capital teria início o terceiro momento da periodização proposta por Edmundo, que Neves denomina “o tempo da

¹⁷ *Ibid.*, pp. 13-15.

¹⁸ *Ibid.*, p. 21.

¹⁹ *Ibid.*, p. 18.

²⁰ *Ibid.*, p. 19.

²¹ *Ibid.*, p. 24.

harmonia do progresso”. Entre “os últimos dias do século que passou”, o século XIX, e “os primeiros do que está passando”, então o século XX, balizas cronológicas das crônicas de *O Rio de Janeiro do meu tempo*, as reformas de Pereira Passos se constituem no principal evento da vida social do Rio de Janeiro. É com os maiores elogios, ao prefeito e àquela obra que o cronista identificava como sua, que Edmundo conclui essa crônica introdutória: “Obra formidável! Obra de Titã! Obra já definida num pensamento que está, de resto, na consciência de todos nós: Pereira Passos fez pelo Rio, em três anos, mais que todos os nossos colonizadores durante quase quatro séculos!”²²

Segundo análise de Beatriz Catão, nesse lapso de tempo os habitantes do Rio de Janeiro poderiam vivenciar e sentir simultaneamente “o tempo do atraso colonial” e “o tempo da harmonia do progresso”: “Isto porque, neste tempo, a cidade comportava, pelo menos, essas duas temporalidades”.²³ Ao desenhar o mapa físico e sentimental da cidade da sua juventude, Edmundo faz corresponder a cada uma dessas duas temporalidades, espaços distintos, criando aquilo que Beatriz Catão vai denominar muito apropriadamente “espaços-tempo”:

No conjunto das crônicas podemos também destacar os espaços que, além de serem múltiplos, porque descritos na proximidade da vida e com imaginação, são diferentes entre si, pois correspondem a diferentes tempos. E a qualidade de cada espaço-tempo recortado dependerá dos grupos e tipos sociais que o produzam e elaborem.²⁴

Os cronistas cariocas do início do século XX, tanto os entusiastas quanto os críticos da Reforma Passos, vivenciaram o seu tempo como um momento de transformações, inovações e, principalmente, de ruptura com o passado. Assim também Edmundo que, se não escreveu naquele momento, certamente também o vivenciou da mesma forma que seus companheiros de letras. O que está textualmente expresso em *Olhando para atrás*:

Passos transformou a cidade bárbara em metrópole digna da civilização ocidental. Qual o homem do começo do século que, recordando os benefícios que então se espalhavam sobre esta querida terra, não se lembra da frase que andou pela boca do povo, pelas ruas, pelas casas, pelos cafés, nas saudações que se trocavam, no estribilho das canções e que dizia assim: “O Rio civiliza-se?”²⁵ (grifo do autor)

Procurando estabelecer aproximações possíveis entre crônica e história, para além do fato do trabalho do cronista, assim como o do historiador, ser fruto de uma seleção dentre os diversos assuntos retirados da imprensa ou da vida, sendo a “subjetividade”, portanto, um elemento fundamental no trabalho de ambos; Margarida de Souza Neves chama a atenção para o fato de que ambas, crônica e história, “constroem memória”: “A crônica, como a história, de modos certamente diversos se constituem numa escrita memorialística. Cronistas e historiadores são ‘homens-memória’, e desempenham seu ofício como autores e intérpretes da memória coletiva”.²⁶ Segundo a interpretação de Neves, por produzirem memória ou, dito de outra forma, por se constituírem em intérpretes do que dá sentido às coletividades e em seletoras de suas referências, história e crônica apresentariam certa “dimensão pedagógica”. Dimensão

²² *Ibid.*, p. 41.

²³ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Rio de Janeiro nos espaços de Luiz Edmundo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1994. Rascunhos de História n. 8, p. 45.

²⁴ *Ibid.*, p. 46.

²⁵ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 40.

²⁶ NEVES, Margarida de Souza. História da Crônica, Crônica da História. In: RESENDE, Beatriz. (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed./CCBB, 1995, p. 27.

esta que faz com que a crônica, longe de apenas refletir ou espelhar alguma realidade, tente analisá-la e, principalmente, transformá-la, valendo-se, para isso, de um tom leve, que atraía o leitor, e da penetração social das folhas nas quais são publicadas.

Com relação às crônicas memorialísticas de Edmundo essa intenção é manifesta. Como ressaltam vários teóricos da memória social, a memória constitui um elemento essencial da constituição de identidades.²⁷ É tendo em vista a construção da nossa identidade presente, entendida como a imagem que uma pessoa ou coletividade faz de si mesma e que apresenta para si e para os outros, que selecionam-se, dentre os fatos do passado, aqueles importantes de serem lembrados. Pensando a relação necessária e orgânica existente entre passado, presente e futuro (ou entre “memória, identidade e projeto”, nas palavras do antropólogo Gilberto Velho),²⁸ é possível interpretar as crônicas de Luiz Edmundo como a tentativa de construir uma “memória” e, portanto, uma “identidade” para o Rio de Janeiro do início do século que estivesse de pleno acordo com aquele “projeto” de futuro para o país que se expressa nas reformas modernizadoras de Pereira Passos. Em muitos pontos, pode-se dizer que a tarefa de Edmundo foi bem-sucedida. A sua representação do Rio de Janeiro do início do século XX talvez seja a mais conhecida pelo público não especializado que se interessa pela história da cidade e que procura ler algo sobre suas épocas passadas, em especial sobre o período que ficou conhecido como *Belle Époque*.

Cidade e boemia

Já em 1909, João do Rio denunciava a decadência do *chopps*, que ele definia como “o prazer de discutir literatura e falar mal do próximo” numa mesa de bar: “Outro dia, ao passar pela rua do Lavradio observei com pesar que em toda a sua extensão havia apenas três casas de *chopp*. (...) Os *chopps* morrem. É comovedor para quantos recordam a breve refulgência desses estabelecimentos”.²⁹ Apesar disso, Luiz Edmundo inicia o capítulo “A vida noturna na cidade”, de *O Rio de Janeiro do meu tempo*, com a seguinte pergunta, perpassada por uma ponta de nostalgia que aponta para uma possível retração dos “hábitos boêmios” na década de 1930 em relação à Primeira República de sua juventude: “Quem acreditará que o Rio de Janeiro do começo do século teve uma vida noturna, relativamente muito mais ativa, muito mais ruidosa, e, sobretudo, muito mais alegre que a de nossos dias?”.³⁰ Segundo o cronista, no Rio de Janeiro da sua juventude, “bebia-se muito, bebia-se demais, bebia-se como talvez não haja ideia de se haver bebido no Brasil. Bebia-se pelas compoteiras!”³¹ Para rebater as possíveis críticas daqueles que creem haver certo exagero na sua afirmação, o cronista lança mão de estatísticas:

Para se ter uma idéia do que isso é pelo começo do século, basta lembrar, citando estatísticas oficiais, que se chega a importar de Portugal, isso só no que se refere a vinho comum, num ano – 43.400.000 litros! (Estatísticas do Ministério da Agricultura). Possuía o Brasil, por esse tempo, uns 22 milhões de habitantes. Quer isso dizer que, para uma população como a de hoje, teríamos que importar, se bebêssemos como outrora, nada menos de 90 milhões! Noventa milhões! O que se dá porém, e o que se vê pelas estatísticas, também oficiais, de 1932, é que, em

²⁷ A esse respeito ver LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História: Trabalhos da Memória*. São Paulo: PUC-SP, n. 17, nov./1998. pp. 63-201 ou POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/ Fundação Getúlio Vargas. v. 5. n. 10, 1992. pp. 200-215.

²⁸ VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. pp. 97-105.

²⁹ JOÃO DO RIO (Paulo Barreto). A decadência do “chopps”. In: *Cinematographo (chronicas cariocas)*. Porto: Livraria Chardron, 1909. pp. 129-136.

³⁰ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. p. 407.

³¹ *Ibid.*, pp. 408-409.

lugar desses 90 milhões, o que se importou, nesse mesmo ano, foi pouco mais de 3 milhões. Queda fantástica!³²

A servir de cenário para essa agitada vida boêmia, o cronista nomeia alguns dos inúmeros bares que, segundo ele, espalhavam-se pela cidade. Muitos, de propriedade de imigrantes alemães e austríacos, onde começava a se disseminar o consumo de cerveja, bebida muito mais apropriada ao clima carioca do que o tradicionalmente consumido vinho portugueses:

O *Stadt Munchen* e a *Maison Desiré* foram, entre nós, os estabelecimentos de maior projeção na propaganda da cerveja, pelos fins do século que passou e começo deste. (...) Entre os mais notáveis lembremos o *Zum nachte spotzer*, que ficava na rua da Assembleia (...); o de Robert Knoff, o de Vicente Pirassi, na mesma rua, (...) o bar Necrotério, assim chamado pelos frequentadores, por se achar colocado junto ao necrotério da Ordem Terceira da Penitência. O bar Lapisk era outro, também, muito conhecido. (...) Havia ainda o bar de Henrique Heitman, com magnífica salsicharia (...). Não esquecer, ainda, o bar de Albert Prechel. (...) De todos os bares, entanto, o mais conhecido e o mais freqüentado, sobretudo pelos boêmios desse tempo, foi o do velho Jacob Wendling”.³³

Diz Edmundo que as mesas desses bares, depois de certa hora, viviam completamente tomadas. Como clientela, além da colônia germânica e outros estrangeiros, os “boêmios da terra”, entre eles os “homens de letras”. E, da mesma forma que o hábito de beber era mais difundido no início do século, segundo o cronista, ele seria também mais tolerado; tolerância exemplificada pelo tratamento dispensado aos boêmios pela sociedade:

A época, para os que bebem, é das maiores indulgências. Dificilmente se diz, então, de alguém que ultrapasse, na hora de beber, o limite normal das conveniências – É um bêbado! Pois sim! No máximo o que dele se pode dizer, e, assim mesmo, com um risinho de doçura e simpatia, é que é um boêmio... (...) Olha-se para esse que, desprezivelmente, depois, virá a se chamar *pau-d'água*, como se olhássemos para a estátua de um gênio, com deferência e respeito.³⁴ (grifo do autor)

Dessa forma, pelo cenário que Luiz Edmundo constrói da vida noturna do Rio de Janeiro do início do século XX, beber em demasia seria um código de comportamento socialmente aceito e, até mesmo, obrigatório: “Bebe-se por gosto, por vício, por ser chic, por obrigação, para não fazer feio, para não desmanchar prazeres...”³⁵ Porém, apesar da ponta de nostalgia que perpassa a narrativa do cronista que reconstrói as memórias da sua juventude, nas suas entrelinhas é possível ler um tom de reprovação ao hábito de beber em demasia. Algumas passagens do seu texto apontam para o absurdo do exagero na bebida. Como quando ele se apropria do axioma criado por Emílio de Menezes (1866-1918), um dos mais famosos literatos boêmios do início do século, que dizia que “beber é uma necessidade; saber beber, uma ciência; embriagar-se, uma infâmia”. Para Edmundo, porém, “todos (...) bebem sem necessidade, abusando do álcool, sem ciência, infamemente se embriagando”.³⁶ Outras passagens retratam a boemia que Edmundo chega a denominar “a tendência dipsomânica do carioca”,³⁷ como um vício, uma doença: “Mais que a febre amarela, endêmica, matava o abuso do álcool”.³⁸

³² *Ibid.*, p. 423.

³³ *Ibid.*, pp. 411-412.

³⁴ *Ibid.*, pp. 420-421.

³⁵ *Ibid.*, p. 424.

³⁶ *Ibid.*, p. 419.

³⁷ *Ibid.*, p. 423.

³⁸ *Ibid.*, p. 409.

Dipsomania, nos informa o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, é o impulso mórbido que leva a ingerir bebidas alcoólicas. Fernando Sérgio Dumas dos Santos chama a atenção para o processo de “doentificação” do hábito de beber, iniciado ainda no século XIX sob a influência da difusão do “saber médico”, que ganhou importância com o avanço do processo de urbanização e industrialização nos países europeus. Explica esse autor que a civilização industrial-burguesa trouxe consigo doenças específicas de seu tempo, características das aglomerações nas cidades e do trabalho fabril, que exigiam modernas profilaxias. Engendrava-se então a noção de “doença social”, conceito amplamente difundido já por volta de 1850, que abrangia moléstias derivadas do convívio social, como a tuberculose, a sífilis, a loucura e o “alcooolismo”. Este último era considerado uma doença social degenerativa, inclusive, da moral do indivíduo e devia ser alvo de uma concepção de tratamento médico que se concentrava na normalização de seus hábitos e atitudes.³⁹

Uma vez que uma estreita vinculação entre miséria social e alcoolização dominava o pensamento de todos os setores da sociedade, o grande alvo das propostas antialcoólicas era a população pobre. Porém, nessa mesma época, surgem campanhas antialcoólicas que não propunham nenhum tipo de atuação contra uma classe social em particular, acreditando que o alcoolismo era um mal que estava difundido por toda a sociedade e que deveria ser erradicado. Como exemplo, Santos cita a atuação do médico sanitário Belisário Penna (1868-1939), integrante da Diretoria Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro, que em conferência na então recém-criada Liga Nacional contra o Alcoolismo, em 27 de junho de 1921, afirmou que o vício alcoólico ocorria também entre os dirigentes, os poderosos e os ricos e entre as classes intermediárias. Ele julgava necessário que a sociedade civil se organizasse para combater o que ele considerava como “um dos elementos destruidores da saúde e o mais perverso da inteligência e dos atributos morais do homem”.⁴⁰ Afirma Santos que: “A sensação de ameaça que pairava sobre o bêbado fazia lembrar o horror à lepra na Europa do final da Idade Média. Só que agora o estigma se estabelecia a partir do ponto de vista da moral burguesa vinculada à ética do trabalho”.⁴¹

Explica Angela de Castro Gomes que desde fins do século XIX, mesmo antes da abolição da escravidão, mas principalmente a partir da criação de um mercado de trabalho livre no país, torna-se necessário criar também um novo modelo de trabalhador. Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes. A preocupação com o ócio e a desordem era muito grande, e “educar” um indivíduo pobre era principalmente criar nele o “hábito” do trabalho: “Ou seja, obrigá-lo ao trabalho via repressão e também via valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora e saneadora socialmente”.⁴² Se por um lado, a construção da ética do trabalho estava diretamente relacionada com o processo de integração do Brasil à economia capitalista mundial; por outro, como chama a atenção a autora, também fazia parte do processo de construção da identidade política da classe trabalhadora durante a Primeira República. A imprensa ligada ao movimento operário se dedicava à construção da autoimagem do trabalhador como homem honesto e sofredor, ressaltando a centralidade do seu papel econômico na criação de riquezas do país, sua importância na sociedade em geral e a naturalidade de sua cidadania. Assim, a construção dessa ética do trabalho nasce do esforço da própria classe trabalhadora.

³⁹ SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. Alcoolismo: algumas reflexões acerca do imaginário de uma doença. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Medicina Social. v. 3, n. 2, 1993. pp. 75-95.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 81.

⁴¹ *Ibid.*, p. 84.

⁴² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 2. ed. p. 10.

Outro aspecto negativo dos hábitos boêmios que se pode entrever na narrativa de Luiz Edmundo é a representação do “bar como local de desordens”. Ao falar da vida noturna no começo do século, Edmundo não se furta a narrar algumas confusões protagonizadas pelos “boêmios da terra” que, vez em quando, sobressaltavam a clientela de algum bar com “explosões de ânimo que degeneravam em pavorosos conflitos, tão do começo do século, obrigados a louça quebrada, tiro de revólver, arnica e xadrez de polícia”⁴³ Disso resultava a estigmatização da principal opção de lazer da classe trabalhadora, o botequim, como local potencial de reunião de vagabundos. Complementava a construção da ética do trabalho a elaboração do conceito de “vadiagem”. “Vadios”, explica Sidney Chalhoub, eram todos aqueles indivíduos que a polícia encontrava nos botequins e nas ruas, e que não conseguiam provar sua condição de trabalhadores. A “vadiagem”, unida à indigência ou à pobreza, engendraria o crime e deveria ser prontamente reprimida:

Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual.⁴⁴

Como explica aquele autor, a associação do espaço fundamental de lazer desses homens com rótulos estigmatizantes como “desordeiros” e “vadios”, revela o projeto de vida que a República reservava para esses homens. Ao denominá-los daquela forma, enfatizava-se que urgia transformá-los em trabalhadores morigerados. Porém, a tentativa de imposição desses novos hábitos de trabalho encontrou firmes obstáculos nos velhos hábitos e no modo de vida tradicional dos pobres urbanos. Paralelamente aos esforços para a criação de uma ética do trabalho, desenvolvia-se também a produção de uma ética do não trabalho: a malandragem (expressa magistralmente em algumas canções da música popular brasileira das décadas de 1920 e 1930).⁴⁵

Apesar de Luiz Edmundo afirmar que as portas do Café Lamas, situado no Largo do Machado, “não se abriam nem se fechavam” por volta do início do século, tamanho era o seu movimento,⁴⁶ documentos consultados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, referentes ao horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais, informam que, por volta de 1901, todos os estabelecimentos estavam obrigados a fechar as suas portas às 22 horas, tendo que requerer uma licença especial caso pretendessem funcionar até a uma da madrugada.⁴⁷ Tal determinação mostra que a questão da preocupação com as desordens parece figurar como fator preponderante. Pela documentação consultada, o Lamas parece ser o único estabelecimento beneficiado por uma licença especial que lhe permitia funcionar até as 5 horas da manhã. Licença que, porém, não foi renovada para o ano de 1904, seguindo pedido do

⁴³ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 415.

⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 47. No terceiro capítulo de *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub apresenta inúmeras situações de conflito ocorridas em botequins e quiosques, retiradas dos processos criminais que utiliza para estudar o cotidiano dos trabalhadores pobres do Rio de Janeiro do início do século XX, explorando o vínculo que se estabelece entre lazer popular / formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado / repressão policial, no contexto do estabelecimento da ordem capitalista no Rio de Janeiro.

⁴⁵ Como mostrou SUZUKI JR., Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 4. ed. pp. 612-638.

⁴⁶ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 292.

⁴⁷ AGCRJ - Código 41-1-67 (Casas Comerciais: fechamento – 1869-1912), Código 58-3-54 (Casas de Comércio – 1832-1899), Código 58-4-18 (Casas de Comércio com licença para funcionar depois das dez horas da noite – 1900/1902), Código 60-1-5 (Licenças para Comércio e Indústria – 1891-1895) e Código 61-1-15 (Licenças para Comércio e Indústria – 1900-1908).

chefe de polícia A. A. Cardoso de Castro, datado de 5 de dezembro de 1903: “Rogo que vos digneis de providenciar para que não seja renovada a licença especial com que o Café Lamas, situado no Largo do Machado, funciona depois de meia-noite, visto as freqüentes desordens que durante a madrugada se tem dado no referido estabelecimento”.⁴⁸

A leitura do cronista certamente sofre grande influência do contexto em que ele escreve: os primeiros anos do Estado Novo, momento em que o Estado se apropria do discurso de valorização do trabalho e da figura do trabalhador articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, para a execução do projeto político que levou o nome de “trabalhismo”; e que Angela de Castro Gomes caracteriza como uma ideologia política que propunha nova forma de participação política aos trabalhadores, em que o valor fundamental do trabalho e a dignidade do trabalhador passam a ser o eixo em torno do qual se montava sua comunicação com a sociedade e com o mundo da política. O estatuto de trabalhador é o que dava identidade social e política ao homem brasileiro, fato magistralmente materializado pela criação da carteira de trabalho e pela definição da vadiagem como crime. Articulava-se uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações feitas pelo Estado. Para usufruir desses benefícios o indivíduo deveria comprovar a sua condição de trabalhador, naquilo que Gomes denomina a lógica do “quem tem ofício, tem benefício”.

O trabalho deveria ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como um meio de “ganhar a vida”. Isto implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para a sua realização como pessoa e sua relação com o Estado.⁴⁹ (grifo do autor)

Essa relação entre trabalhadores e Estado estava apoiada sobre políticas públicas de natureza variada, das quais a organização sindical constituía o núcleo (todo ofício possuía o seu sindicato ao qual a filiação do trabalhador era obrigatória por meio do imposto sindical), mas que alcançava diversos aspectos da vida social dos trabalhadores, tais como sua saúde, alimentação, habitação, vida familiar e, inclusive, seu lazer, naquilo que se pode chamar de uma proposta de disciplinarização da população trabalhadora. A medicina social assumia um importante papel, concretizado na ação dos Institutos de Previdência e Assistência Social, cuja função era preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir do trabalhador. A partir de 1943 seria criado também o Serviço de Recreação Operária, que tinha o objetivo de promover a higiene mental e a segurança social do trabalhador. Esse serviço estava organizado no Rio de Janeiro, em três centros permanentes de recreação dotados de cinema, rádio, discoteca, biblioteca, centros de educação física e de esportes, que serviam para afastar os trabalhadores daquele lazer considerado negativo e associado à vadiagem em que era principal a frequência a bares e botequins.

Assim, o conteúdo implícito de reprovação aos hábitos boêmios que se pode perceber na narrativa de Edmundo está diretamente relacionado à forma imposta como foi conduzido o processo de modernização da sociedade brasileira, com o objetivo de integrá-la à lógica do sistema capitalista, do qual as reformas de Pereira Passos são a principal expressão urbanística. A modernização do país dependia também da

⁴⁸ AGCRJ – Códice 61-1-15. f. 102. Por mais que se alegue haver diferenças entre os estabelecimentos denominados “botequins”, estudados por Chalhoub, e aqueles “bares” citados por Edmundo, parece que ambos eram igualmente estigmatizados como locais de desordem e alvos da atenção das forças de repressão do Estado. Apenas uma vasta pesquisa arquivística seria capaz de mostrar quais as possíveis diferenças existentes entre os diversos tipos de estabelecimentos comerciais existentes. Em especial entre bares, botequins e cafés. O citado Café Lamas, por exemplo, apesar de receber o nome de Café, aparece nos requerimentos de licença especial, acima citados, como “botequim, hotel e bilhares” (Códice 61-1-15. f. 100).

⁴⁹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 2. ed. p. 185.

“modernização” da sua classe trabalhadora feita por meio da disseminação da ética do trabalho. O elogio do processo de modernização encontra o seu complemento lógico na reprovação aos comportamentos gestados no espaço-tempo anterior a ele: “o tempo do atraso colonial”. Uma vez que aqueles hábitos boêmios não saudáveis e não “civilizados”, e seus respectivos espaços, estariam associados à temporalidade anterior às reformas de Passos, eles deveriam desaparecer e, efetivamente desaparecem, com o processo de “Regeneração” da cidade. Nas palavras de Beatriz Catão: “a antiga boemia, relacionada à desordem, parece fadada a morrer como inimiga, decaindo à proporção que a cidade se remodela”.⁵⁰ É importante, porém, chamar a atenção para a polissemia da noção de boemia presente nas crônicas de Edmundo. Se os hábitos boêmios são um traço característico da identidade cultural carioca, como conciliá-los com o processo de modernização da cidade e do país?

Em outras crônicas, Edmundo apresenta outras formas de boemia existentes no Rio de Janeiro da virada do século. Assim como fez com relação aos bares, ao apresentar os cafés, Edmundo faz um paralelo entre os hábitos do início do século e aqueles da época em que escreve. Segundo o cronista, os cafés do início do século seriam um ambiente familiar, onde se ia para encontrar os amigos, informar-se sobre as novidades que aconteciam pela cidade, ou mesmo para tratar de assuntos mais sérios de trabalho. Seja pela sua localização na área central da cidade, seja pela sua clientela (estudantes das escolas superiores e das Escolas Militar e Politécnica, estudantes de medicina e jovens médicos, muitos políticos e, principalmente, jornalistas e literatos), os cafés parecem apontar para uma forma de sociabilidade boêmia algo mais elitizada do que a dos bares e botequins:

O café, pelos dias que correm, é apenas um vulgaríssimo lugar onde, em geral, entramos para consumir e de onde rapidamente, logo depois, saímos, sem a menor preocupação de pouso ou de demora. Não era entanto, assim, o café, no começo do século, *o amável botequim que precedeu ao surto de remodelação da cidade*, meio casa de família, meio grêmio, meio escritório, sempre cheio, ponto agradável de reunião e de palestra, onde recebíamos recados, cartas, cartões, telegramas, embrulhos, os amigos, os conhecidos e até credores!⁵¹ (grifo meu)

Todavia, como afirma Edmundo, os cafés que ele descreve “precederam ao surto de remodelação da cidade”. Ou seja, também pertenceriam “ao tempo do atraso colonial” e, portanto não se constituiriam ainda na forma mais “civilizada” de sociabilidade boêmia do Rio de Janeiro. Várias passagens das suas crônicas parecem confirmar isso. Assim como faz com os bares e botequins, após a primeira nota de nostalgia, Edmundo começa a apresentar os aspectos negativos da sociabilidade dos cafés. Ao aludir ao Café do Rio, situado na esquina da Rua do Ouvidor com a Gonçalves Dias, “lugar de maior movimento, de alta elegância e melhor distinção”, Edmundo chama a atenção para o ambiente confuso, barulhento e, portanto, nada “civilizado”:

O café do começo do século, entre nós, mesmo o de clientela mais fina e mais distinta, sobretudo a certa hora, espanta pela nota bulhã, não só da multidão que o invade, como pelo ruído que provoca o pessoal de serviço, ora dirigindo-o, ora executando-o, aos gritos, aos berros, em meio ao cascatear ensurdecedor das louças em manejo, que até parece que se lascam e se quebram, em tombos, em raspões, sobre as mesas de mármore. Ruído perene e forte de objetos em choque, num esbarrondar hiperacústico que excita, agasta e ofende os nervos.⁵²

⁵⁰ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Rio de Janeiro nos espaços de Luiz Edmundo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1994. Rascunhos de História, n. 8, p. 21.

⁵¹ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro: Conquista, 1957, p. 567.

⁵² *Ibid.*, pp. 506-507.

Devido a esse ambiente tumultuado, afirma Edmundo, contrariando o que disse anteriormente, que o café não é lugar de “grandes rodas”: “É tal o vai-e-vem de gente, o movimento de entradas e saídas, o murmúrio de vozes, o ambiente de inquietação, de desordem e de alarme, que o homem que quer fazer da mesa ponto de reunião e de palestra, vai fazê-la a outra parte”.⁵³ Tal “ambiente de inquietação” atenderia, antes de mais nada e sobretudo, aos interesses comerciais do proprietário (via de regra, um português), “que acha sempre que uma sala de café não pode ser transformada em saleta de espera, em centro de palestra ou ‘hall’ de clube. Comércio é comércio. (...) Por isso, o freguês que consuma, pague os níqueis da despesa e vá-se embora”.⁵⁴

Tendo tido o seu surgimento e auge ainda durante o período monárquico, os cafés seriam já estabelecimentos decadentes pela virada do século, segundo julgamento de Edmundo. Sobre o já citado Café do Rio afirma Edmundo que, localizado no ponto *chic* da cidade, “o bom gosto, porém, não aparece, nem para tomar café!”.⁵⁵ Sobre o Café do Globo, localizado na Rua Primeiro de Março, muito frequentado por políticos da Monarquia, diz o cronista que “em 1901 o Café decaiu (...). É um botequim vulgar”.⁵⁶ Assim também o Café Java, o Café Papagaio, o Café Londres e o Café Paris, citados por Edmundo, viveriam de recordações e glórias passadas. A narrativa de Luiz Edmundo, então, reforça a ideia da necessidade de adaptação desses espaços no tempo da República e da “harmonia do progresso”.

Completamente adaptadas a esse novo tempo que se inaugura, apenas as confeitarias, vindas algumas também do tempo do Império, como a Cailteau, a Castelões e a Pascoal. Mas, nos dois capítulos em que se dedica a falar sobre as confeitarias, Edmundo se concentra naquela que ele considera a mais representativa do gênero: a Confeitaria Colombo, inaugurada em 1894 pelos portugueses Manoel José Lebrão e Joaquim Borges Meireles. O autor ressalta a sua função de centro de reunião e palestra, principalmente de rodas de literatos, ao contrário dos cafés. Dessa forma, o ambiente das confeitarias seria o único apropriado à presença feminina. Segundo Edmundo:

No começo do século a mulher ainda pouco passeia. Quase não sai à rua. Não obstante, quando, em voltas pela parte central da cidade, sente algum apetite, *não entra nunca em um café, muito menos em um bar ou restaurante*; em uma confeitaria, porém, entra. Aí morde uns sanduíches, prova uns pastéis, bebe um gole de Málaga, completando a merenda com alguns doces, bombons ou alguns confeitos. A Colombo, por isso, é um tanto freqüentada por famílias. Às 2 da tarde elas começam a chegar.⁵⁷ (grifo meu)

Porém, Edmundo também mostra como o ambiente familiar até mesmo da mais refinada das confeitarias pode transformar-se em um ambiente boêmio, deixando a impressão de que a distinção entre confeitarias e cafés, se realmente existia, era apenas uma questão do horário:

Até 5 da tarde as famílias imperam. Quadro íntimo e burguês, simpático e amável quadro. (...) De repente, olhando o relógio do fundo, começa o êxodo em massa. E todos, quase que ao mesmo tempo, o que muito impressiona os que desconhecem detalhes curiosos da vida dessa casa. Partem as mamãs, as titias, as sinhazinhas, as sinhadonas e a récua dos gabirus atrás. (...) Saiba-se, porém, a razão de tão brusca saída. Mutações de cenário na Confeitaria. (...) Olha-se o relógio – cinco e

⁵³ *Ibid.*, p. 506.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 507.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 506.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 534.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 603.

meia. A fase familiar do estabelecimento acabou. Já o murmúrio é outro. As cadeiras arrastam-se. Os garçons são chamados pelos nomes. Um sarilho de ninfas e sátiros, derramando sorrisos, trescalando Coeur de Jeannete, Pompadour e Aglaia... Nas mesinhas de mármore os cândidos sorvetes são substituídos por absintos, Xerez de la Fronteira, Tokays, Curaçãos, Pippermants...⁵⁸

Edmundo se concentra, porém, em ressaltar um tipo específico entre os frequentadores daquela confeitaria. Aqueles que faziam a fama dos estabelecimentos: os homens de letras, capitaneados por Olavo Bilac. Por isso também Beatriz Catão caracteriza esses estabelecimentos como “espaços da vida literária” do Rio de Janeiro do começo do século XX, ao lado das livrarias e dos jornais.⁵⁹

É por esse momento que começa a grande azáfama da Colombo, instante em que a freguesia enche, além das mesas, os lugares onde pousam os empadários, os tabuleiros, os balcões e as vitrinas de doces e confeitados, momento em que começam a chegar os figurões das letras, todos eles respeitosa e calorosamente saudados pelos garçons, pelo Caixa e até pelo Lebrão, que cumprimenta abrindo os braços.⁶⁰

No discurso de Edmundo, com a “Regeneração”, a boemia entendida como uma vida desregrada e irresponsável, cercada por bebidas alcoólicas e “cocotes” foi substituída pela boemia “saudável e responsável” da roda literária da Colombo, cujo melhor exemplo seria a “boemia de horário” de Pedro Rabelo (1868-1905):

Sua boemia, porém, é uma boemia de horário. Sua vida, de uma desorganização organizada... Que o homem, na sua excêntrica desordem, tem método. Desvarios, se os faz, é só até às seis da tarde, ou sete, quando muito. Ninguém o viu, jamais, à noite, num teatro, no “Moulin Rouge”, ou em qualquer casa de chope, por aí... Pai de família... Carregado de embrulhos, tem sempre o olho no relógio. E o pensamento em casa. No máximo, quando batem sete horas, bebe o último calixto de conhaque, cumprimenta os da roda e parte. Mora em S. Cristovão. Lá chega, janta e arquiva-se.⁶¹ (grifo do autor)

Bastos Tigre (1882-1957), outro cronista que também se dedicou a construir a memória da *Belle Époque* carioca, comenta do seguinte modo os hábitos boêmios dos frequentadores da roda da Confeitaria Colombo:

Apreciadores dos bons vinhos, licores e cerveja, os freqüentadores habituais das mesas da Colombo sabiam manter a linha de elegância e compostura que o local exigia. Se, às vezes, alguns da roda ficavam mais alegres e palradores, jamais nenhum se esborrachava. Em havendo ameaça de “chuva”, os companheiros apressavam-se em providenciar para que ele não desabasse. Que fosse cair na residência do camarada, já então debaixo de coberta enxuta. Por isso mesmo evitavam os bebedores por vício, bulhentos e escandalosos que desciam à ignomínia da cachaça e acabavam por perder o respeito próprio e o próprio asseio corporal.⁶² (grifo do autor)

O que aponta para a existência de uma distinção, no início do século passado, entre a “embriaguez pública” e o “beber socialmente” como uma distinção de classe, como ressaltado por Fernando Sérgio Dumas dos Santos. Por um lado, haveria a estigmatização do hábito da embriaguez pública, relacionado

⁵⁸ *Ibid.*, pp. 604-605.

⁵⁹ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Rio de Janeiro nos espaços de Luiz Edmundo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1994. Rascunhos de História n. 8, p. 21.

⁶⁰ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 1957. p. 620.

⁶¹ *Ibid.*, p. 629.

⁶² TIGRE, Bastos. *Instantâneos do Rio Antigo*. São Paulo: Mercado das Letras/Cecult/Fapesp, 2003. p. 146.

aos hábitos das classes populares; por outro, um modo de beber social, educado e sofisticado que aparecia como mais adequado aos valores burgueses que se difundiam na sociedade do Rio de Janeiro “regenerado” por Pereira Passos, e dos quais os literatos da época seriam, a um só tempo, os melhores exemplos e difusores:

Essa dicotomia entre o público e o privado estabelece a diferença entre um “modo de beber social”, educado, sofisticado e, principalmente, bem relacionado, e a “embriaguez pública”, figura jurídica que legitimava a repressão policial aos freqüentadores de botequins, biroscas, tavernas e quiosques das cidades.⁶³ (grifo do autor)

Porém, ao contrário do que Edmundo nos quer fazer crer, o texto de Fernando Sérgio Dumas dos Santos chama a atenção para o fato de que o “beber socialmente” e a “embriaguez pública” convivem nesse Rio de Janeiro do início do século XX, sem que cada uma dessas duas formas de beber corresponda a um tempo social diverso. Assim não fosse, não existiriam as reiteradas campanhas antialcoólicas das primeiras décadas do século XX, às quais o autor faz menção.

Considerações finais

Luiz Edmundo constrói, ao longo da sua narrativa, duas diferentes noções de boemia para o Rio de Janeiro do início do século XX. Cada uma delas relacionada às duas temporalidades que convivem em *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Por um lado, uma boemia pouco “civilizada” dos bares e botequins, ao mesmo tempo nostalgicamente louvada e veladamente reprovada por Edmundo, por se aproximar da doença e da desordem ligada à primeira daquelas duas temporalidades: “o tempo do atraso colonial”. Por outro lado, a boemia saudável das confeitarias, representada pela roda literária da Colombo que sabia como evitar o vexame da embriaguez pública, pouco adequada para homens de letras, e valorizava o hábito de beber socialmente. Esse sim, um comportamento boêmio adequado à nova temporalidade que se inaugurava com as reformas urbanas da capital: “o tempo da harmonia com o progresso”.

Brito Broca ressalta que a superestimação da modernização da cidade levou muitos escritores a atribuírem ao Rio de Janeiro “ambientes e tipos que na realidade aqui não existiam”.⁶⁴ Dessa forma, pode-se acreditar que a mudança nos hábitos boêmios não foi tão radical e completa quanto Edmundo quer fazer parecer, ressaltando as reformas como um momento de completa ruptura na vida social do Rio de Janeiro. Como faz questão de ressaltar Margarida de Sousa Neves: “As intervenções no traçado urbanístico do Rio, empreendidas por Pereira Passos e realizadas por Paulo de Frontin e Francisco Bicalho, estiveram bem longe de ‘remodelar materialmente a cidade’ ou de transformá-la ‘em seus usos e costumes’, como queria Luis Edmundo”.⁶⁵ Dessa forma, lugares, pessoas e fatos que Edmundo diz tirar das lembranças da sua juventude são adequados à construção do cenário do Rio de Janeiro que ele pretende apresentar com o intuito de elogiar a grande transformação advinda das reformas de Pereira Passos. O que as memórias de Edmundo fazem é, nas palavras de Neves, uma releitura do passado da cidade:

⁶³ SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. Alcoolismo: algumas reflexões acerca do imaginário de uma doença. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Medicina Social. v. 3, n. 2, 1993, p. 88.

⁶⁴ BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio/Academia Brasileira de Letras, 2004. p. 38.

⁶⁵ NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. In: MAST (Org.). *Brasil acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST, 1991 p. 61.

Busca-se assim, de múltiplas formas, reconstruir a história, por uma releitura do passado como pela definição de uma meta comum de futuro, através de uma memória coletiva que se pretende “nacional” e que sublinha as descontinuidades representadas eminentemente pela implantação da forma republicana por sobre as continuidades de uma sociedade marcada por seu caráter historicamente excludente e hierarquizador.⁶⁶ (grifo do autor)

É possível afirmar sobre o Rio de Janeiro (e, ao fim e ao cabo, sobre qualquer cidade) aquilo que Andreas Huyssen afirma sobre a Berlim pós-reunificação. Afirma esse autor que a história de Berlim, ao longo do século XX, foi pontilhada por vazios produzidos por duas guerras e constantes reformulações. Huyssen partilha da ideia de que a cidade é um texto a ser lido, escrito e reescrito pelos seus “metaleitores”: os agentes da construção física e simbólica da cidade. Os cronistas, como metaleitores do texto urbano, verbal ou visual (caso de pintores, caricaturistas e fotógrafos), interpretam-no e transformam construindo uma identidade e uma memória para a cidade. Na condição de cidade-texto, Berlim foi constantemente escrita, apagada e reescrita ao longo do século XX.⁶⁷

Assim também ocorre no Rio de Janeiro do século XX. Sobre os vazios deixados pelo “bota-abixo modernizador” de Pereira Passos, as crônicas contemporâneas assim como as memórias de cronistas como Luiz Edmundo e Bastos Tigre, constroem a memória e a identidade dessa nova cidade saneada e civilizada que é o símbolo da entrada do país na modernidade capitalista: a *Belle Époque* carioca. Seja pela sua qualidade literária, que envolve o leitor na sua narrativa do cotidiano da cidade; seja por serem consideradas um “documento de época”, as crônicas sobre o Rio de Janeiro do início do século XX são, muitas vezes, lidas como “retratos fiéis” daquele momento da história da cidade. No entanto, essas crônicas sofriam grande influência das expectativas dos autores com relação às mudanças pelas quais passavam a cidade e o país. As representações literárias e fotográficas ajudavam a “marreta civilizadora” de Passos na reescrita dessa cidade-texto. E na construção desse novo espaço-tempo, a vida boêmia dos seus habitantes se apresenta como um traço característico. Mas, para ser adequado a essa nova cidade, esse comportamento boêmio também tem que ser saneado e civilizado. Apenas a boemia literária das confeitarias, onde se pratica do “beber socialmente” pode ser aceita no Rio de Janeiro do “tempo da harmonia com o progresso”. Assim como pela construção da nova ética do trabalho, a retração dos hábitos boêmios entre a virada do século e a década de 1930, identificada por Edmundo, certamente é fruto, em grande parte, da construção dessa ética do trabalho que estigmatiza negativamente os bares e botequins e criminaliza aquilo que identifica como vadiagem. Nesse sentido, a “decadência dos chopps”, como dizia João do Rio, anda de mãos dadas com a disciplinarização da população trabalhadora. Mas, a construção de uma “boemia civilizada” permite que os hábitos boêmios continuem fazendo parte da identidade cultural carioca ao longo de todo o século XX até os dias atuais.

Sérgio Hamilton da Silva Barra: Possui graduação em História pela UERJ, mestrado e doutorado em História Social da Cultura pela PUC-Rio e especialização em Patrimônio Cultural pelo IPHAN/UNESCO (Programa de Especialização em Patrimônio – PEP). Atua principalmente na área de História do Rio de Janeiro e História do Brasil (períodos Colonial, Imperial e Republicano), com ênfase nos seguintes temas: cultura letrada no Império Português, História Urbana e Patrimônio Cultural.

⁶⁶ NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 78.

⁶⁷ HUYSSSEN, Andreas. Os vazios de Berlim. In: *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano/UCAM/MAM, 2000. pp. 89-117.